

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**



PLANO DE ENSINO 2022.3

CALENDÁRIO	Calendário Suplementar Excepcional		
CURSO	Mestrado Acadêmico em Direito		
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	Direito Internacional e Sustentabilidade		
LINHA DE PESQUISA	Direito Internacional, Econômico e Comércio Sustentável		
DISCIPLINA	DIR-410274 Direito Internacional Privado e Processual Europeu		
HORÁRIO	Terças-feiras às 15h às 18h		
DOCENTE	Aline Beltrame de Moura		
NÚMERO DE VAGAS	20	CARGA HORÁRIA	45

Ementa:	<p>Objetivos Gerais: O curso insere-se no Programa Erasmus + da Comissão Europeia, a qual instituiu o Módulo Jean Monnet no Centro de Ciências Jurídicas da UFSC. A disciplina se propõe a fornecer aos estudantes o conhecimento crítico sobre os problemas gerais do direito internacional privado e processual europeu e os diferentes métodos utilizados, a fim de oferecer uma visão completa do sistema europeu, em particular, dos recentes e importantes desenvolvimentos legislativos e jurisprudenciais do direito da União Europeia nesse campo.</p> <p>Objetivos Específicos: Estudar o processo de integração regional da União Europeia; verificar as técnicas tradicionais e as novas orientações metodológicas do direito internacional privado; analisar a codificação regional através de atos normativos adotados pela União Europeia; analisar os problemas atinentes à interpretação e aplicação de tais fontes e a relação entre direito internacional privado e direito da União Europeia; compreender o funcionamento das normas de Direito de Família europeu, do Direito das Sucessões europeu e do Direito das Obrigações contratuais e extracontratuais europeu.</p>
Objetivos:	<p>Objetivos Gerais: O curso insere-se no Programa Erasmus+ da Comissão Europeia, a qual instituiu o Módulo Jean Monnet e o Jean Monnet Network – BRIDGE Project na UFSC. A disciplina se propõe a fornecer aos estudantes o conhecimento crítico sobre os problemas gerais do direito internacional privado e processual europeu e os diferentes métodos utilizados, a fim de oferecer uma visão completa do sistema europeu, em particular, dos recentes e importantes desenvolvimentos legislativos e jurisprudenciais do direito da União Europeia nesse campo.</p> <p>Objetivos Específicos: Estudar o processo de integração regional da União Europeia; verificar as técnicas tradicionais e as novas orientações metodológicas do direito internacional privado; analisar a codificação regional através de atos normativos adotados pela União Europeia; analisar</p>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO



	os problemas atinentes à interpretação e aplicação de tais fontes e a relação entre direito internacional privado e direito da União Europeia; compreender o funcionamento das normas de Direito de Família europeu, do Direito das Sucessões europeu e do Direito das Obrigações contratuais e extracontratuais europeu.
Metodologia:	Aulas expositivas da professora, seminários e estudos de caso.
Critérios de avaliação:	Apresentação de Seminário e paper final da disciplina que deverá ser entregue até 01/03/23.
Conteúdo programático: * indique a data e o conteúdo dos encontros	<p>DATA ASSUNTO</p> <p>20/09 – Apresentação do plano de ensino / O processo de integração regional da União Europeia Metodologia: Aula expositiva-dialogada</p> <p>27/09 - O processo de integração regional da União Europeia Metodologia: Aula expositiva-dialogada</p> <p>04/10 – Evento Jean Monnet na Colômbia</p> <p>11/10 - O processo de integração regional da União Europeia Metodologia: Aula expositiva-dialogada</p> <p>18/10 – Técnicas tradicionais e novas orientações metodológicas do Direito Internacional Privado Metodologia: Seminário</p> <p>25/10 - Codificação Europeia do Direito Internacional Privado Metodologia: Seminário</p> <p>01/11 - A relação entre direito internacional privado e direito da União Europeia no tocante à interpretação e à aplicação de tais fontes Metodologia: Seminário</p> <p>08/11 - Direito de Família europeu e Direito das Sucessões europeu Metodologia: Seminário</p> <p>22/11: Evento presencial: Comércio e desenvolvimento sustentável nas relações entre Brasil e União Europeia com o Embaixador da EU no Brasil, Ignácio Ibanez</p> <p>29/11 - Direito das Obrigações contratuais e Direito das Obrigações extracontratuais Metodologia: Seminário</p> <p>06/12 e 13/12 – Orientação sobre a elaboração dos papers</p>
Bibliografia Básica:	Aulas 1, 2 e 3. O processo de integração regional da União Europeia (20/09, 27/09 e 04/10)

Textos obrigatórios:

MOURA RAMOS, Rui Manuel Gens de. Introdução ao Direito Internacional Privado da União Europeia: da interação originária do direito internacional privado e do direito comunitário à criação de um direito internacional privado da União Europeia. In: MOURA RAMOS, Rui Manuel Gens de; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos (Coord.). Aspectos da Unificação europeia do direito internacional privado. São Paulo: Intelecto, 2016, p. 3-61.

MOURA, Aline Beltrame de. Organizações Internacionais de Natureza Supranacional e Intergovernamental: o caráter híbrido da União Europeia e a Intergovernamentalidade do Mercosul. In: Odete Maria de Oliveira. (Org.). Organizações Internacionais e seus Dilemas Formais e Informais. 1ed. Ijuí: Unijuí, 2012, v. 1, p. 263-294.

Textos complementares:

MONNET, Jean. Memórias: A construção da unidade europeia. Trad. De Ana Maria Falcão. Brasília: EdUnB, 1986.

TIZZANO, Antonio. The foreign relations law of the EU between supranationality and intergovernmental model. In: CANNIZZARO, Enzo (Ed.). The European Union as an Actor in International Relations. The Hague: Kluwer Law International, 2002, p. 135-147.

ROSSI, Lucia Serena. How fundamental are fundamental principles? Primacy of the EU Law, principles of national constitutions and fundamental rights after Lisbon. In: VENTURINI, Gabriella; BARIATTI, Stefania (eds.). Individual Rights and International Justice, Liber Fausto Pocar. Milano: Giuffrè, 2009, p. 801-822.

Aula 4. Técnicas tradicionais e novas orientações metodológicas do Direito Internacional Privado (18/10)

Textos obrigatórios:

ARAÚJO, Nádia. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018, p. 27-60.

CITTADINO, Gisele; DUTRA, Deo Campos. Direito Internacional Privado: o diálogo como instrumento de efetivação dos Direitos Humanos. Seqüência, n. 64, jul. 2012, p. 259-284.

HAY, Peter. European Conflicts Law after the American "Revolution": Comparative Notes. University of Illinois Law Review, 2015, p. 2053-2073.

KINSCH, Patrick. Private International Law topics before the European Court of Human Rights. Yearbook of Private International Law, Volume 13 (2011), pp. 37-49.

Textos complementares:

CAMPILGIO, Cristina. Identità culturale, diritti umani e diritto internazionale privato. Rivista di Diritto Internazionale. Vol. XCIV, fasc. 4, 2011, p. 1029-1064.

MARINO, Silvia. Brevi considerazioni sulle interazioni fra diritto internazionale privato e diritti umani. Cuadernos de Derecho Transnacional (Marzo 2015), Vol. 7, Nº 1, pp. 112-127.

POCAR, Fausto. La comunitarizzazione del diritto Internazionale privato: una “European Conflict of Laws Revolution”? Rivista di Diritto Internazionale Privato e Processuale. Anno XXXVI, n. 1, gennaio-marzo, 2000, p. 873-884.

Aula 5. Codificação Europeia do Direito Internacional Privado (25/10)

Textos obrigatórios:

ARAÚJO, Nádia. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018, p. 61-88.

BASEDOW, Jürgen. Coerência do Direito Internacional Privado da União Europeia. In: JAEGER, Augusto (Org.) Europeização da parte geral do direito internacional privado: estudos sobre uma codificação do direito internacional privado na União Europeia. Porto Alegre: RJR, 2016, p. 51-78.

JAYME, Erik. Codificação e Parte Geral em Direito Internacional Privado. In: JAEGER, Augusto (Org.) Europeização da parte geral do direito internacional privado: estudos sobre uma codificação do direito internacional privado na União Europeia. Porto Alegre: RJR, 2016, p. 31-50.

Textos complementares:

BERGÉ, Jean Sylvestre; PORCHERON, Delphine; CERQUEIRA, Gustavo Vieira da Costa. Droit International Privé et Droit de l’Union Européenne. In: Répertoire Dalloz (de Droit international et de Droit européen). Avril 2017, pp. 01-44.

FILLERS, Aleksandrs. Implications of Article 81(1) TFEU’s recognition clause for EU conflict of laws rules. Journal of Private International Law, 2018, 14:3, p. 476-499.

MOURA, Aline Beltrame de. A marginalização do critério de conexão da nacionalidade em favor da residência habitual do indivíduo no direito internacional privado europeu. Cuadernos ASADIP- Jóvenes Investigadores, v. 1, 2015, p. 13-30.

RÜHL, Giesela; HEIM, Jena van; HEIM, Jan von. Towards a European Code on Private International Law? Rabels Zeitschrift für Ausländisches und Internationales Privatrecht. Vol. 79, afl. 4, 2015, p. 701-751

Aula 6. A relação entre direito internacional privado e direito da União Europeia e os problemas atinentes à interpretação e aplicação das fontes (01/11)

Textos obrigatórios:

LIAKOPOULOS, Dimitris. Interactions between European Court of Human Rights and Private International Law of European Union. Cuadernos de Derecho Transnacional (Marzo 2018), Vol. 10, nº 1, pp. 248-305.

NORDMEIER, Carl Friedrich. Breves reflexões sobre a viabilidade de uma

Parte Geral de Direito Internacional Privado. In: JAEGER JUNIOR, Augusto (org.). *Europeização da Parte Geral do Direito Internacional Privado: estudos sobre uma codificação do Direito Internacional Privado na União Europeia através de um Regulamento Zero*. Porto Alegre: Gráfica e editora RJR, 2016, p. 117-131.

Textos complementares:

BARIATTI, Stefania. Qualificazione e interpretazione nel diritto internazionale privato comunitario: prime riflessioni. *Rivista di Diritto Internazionale Privato e Processuale*. Anno XLII, 2006, p. 361-376.

BERGÉ, Jean Sylvestre. La hiérarchisation des droits et l'application du droit à différents niveaux. In: *L'application du droit national, international et européen*. Paris: Dalloz, 2013, pp. 263-317.

RODRÍGUEZ, Irene Blázquez. Libre circulación de personas y derecho internacional privado: una análise a la luz de la jurisprudencia del tribunal de justiça de la Unión Europea. *Cuadernos de Derecho Transnacional* (Octubre 2017), Vol. 9, Nº 2, pp. 106-126.

Aula 7. Direito de Família europeu (08/11)

Textos obrigatórios:

Antón Juárez, I. (2022). La residencia habitual del cónyuge en un divorcio transfronterizo: ¿una residencia habitual múltiple podría preservar la seguridad jurídica? A propósito de la STJUE de 25 de noviembre de 2021, C-289/20. *Cuadernos de Derecho Transnacional*, 14(1), 578-590.

MOURA, Aline Beltrame de; SILVA, Fernanda Ruy e. Harmonização do Direito de Família no Direito Internacional Privado Europeu: o Regulamento Roma III e suas repercussões jurisprudenciais. In: MOURA, Aline Beltrame de; DAL RI, Luciene. (Org.) *Imigração e Cidadania: uma releitura de institutos jurídicos clássicos a partir do modelo europeu*. Itajaí: Ed. Univali, 2018, p. 34-49.

MOTA, Helena. Os efeitos patrimoniais do casamento e das uniões de facto registadas no Direito Internacional Privado da União Europeia. Breve análise dos Regulamentos (UE) 2016/1103 e 2016/1104, de 24 de Junho. *Revista Electrónica de Direito*. n. 2, (jun/2017), pp. 02-33.

Textos complementares:

DOMÍNGUEZ, Celia M. Caamiña. Divorcio privado dictado por un tribunal religioso de un tercer estado: Asunto c-281/15 Soha Sahyouni y Raja Mamisch. *Cuadernos de Derecho Transnacional* (Octubre 2017), Vol. 9, Nº 2, pp. 629-634.

MOURA, Aline Beltrame de; AMARAL, Adrian Mohamed. L'ordre public and the European private international law: Sharia effects on the European family law. In: Agnieszka Kios; Jan Misiuna; Marta Pachocka; Aleksandra Szczerba-Zawada. (Org.). *European Union and its values: freedom, solidarity and democracy*. 1ed. Warsaw: CeDeWu Sp. z o.o., 2020, v. 1, p. 41-50.

VIARENGO, Ilaria. Il Regolamento UE sulla legge applicabile alla separazione

e al divorzio e il ruolo della volontà delle parti. *Rivista di Diritto Internazionale Privato e Processuale*. Anno XLVII, n. 3, luglio-settembre, 2011, p. 601-624.

WALKER, Lara. Party autonomy, inconsistency and the specific characteristics of family law in the EU. *Journal of Private International Law*, 14:2, 2018, p. 225-261.

Aula 7. Direito das Sucessões europeu (08/11)

Textos obrigatórios:

Antón Juárez, I. (2022). La declinatoria de competencia en las sucesiones mortis causa transfronterizas y su impacto en la certeza legal. *Comentario a la STJUE de 9 de septiembre de 2021, Rk c. Cr, C-422/20. Cuadernos de Derecho Transnacional*, 14(1), 591-599.

BARREDA, Naiví Chikoc. Reflexiones sobre los regímenes especiales em derecho internacional privado sucessório según el Reglamento europeo 650/2012 de 4 de julio de 2012. *Cuadernos de Derecho Transnacional* (Marzo 2014), Vol. 6, Nº 1, pp. 121-146.

MOTA, Helena. A autonomia conflitual e o reenvio no âmbito do Regulamento (UE) n. 650/2012 do PE e do Conselho, de 4 de julho de 2012. *Revista Electrónica de Direito*. n. 1 (fev/2014), pp. 02-22.

NORDMEIER, Carl Friedrich. Direito Internacional Privado das Sucessões na União Europeia: a determinação do direito aplicável no novo Regulamento 650/2012, de 4 de Julho de 2012. *Revista do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul*, Año 2, Nº 3; Marzo 2014; pp. 175-203

Textos complementares:

LAGARDE, Paul. Les principes de base du nouveau règlement européen sur les successions. *Revue critique de droit international privé*. N. 4, octobre-décembre, 2012, p. 691-732.

GONÇALVES, Anabela Susana de Souza. As linhas gerais do Regulamento Europeu sobre Sucessões. *Cadernos de Direito Privado*. n. 52 (outubro/dezembro) 2015, pp. 03-19.

SALVAT, María Asunción Cebrián Los will substitutes y el Reglamento sucesorio europeo. *Cuadernos de Derecho Transnacional* (Marzo 2016), Vol. 8, Nº 1, pp. 318-333.

Aula 8. Evento presencial: Comércio e desenvolvimento sustentável nas relações entre Brasil e União Europeia com o Embaixador da EU no Brasil, Ignacio Ibanez (22/11)

Aula 9. Direito das Obrigações contratuais (29/11)

Textos obrigatórios:

BABIĆ, Davor. Rome I Regulation: binding authority for arbitral tribunals in the European Union?, *Journal of Private International Law*, 13:1, 2017, p. 71-90.

CARAVACA, Alfonso-Luis Calvo. El Reglamento Roma I sobre la ley aplicable a las obligaciones contractuales: cuestiones escogidas. Cuadernos de derecho transnacional, Vol. 1, Nº. 2, 2009, págs. 52-133.

GRIEDER, Hilda Aguilar. Desafíos y tendencias en el actual derecho internacional privado europeo de los contratos. Cuadernos de Derecho Transnacional (Octubre 2012), Vol. 4, nº 2, pp. 23-48.

Textos complementares:

Goncalves, Anabela Susana de Sousa, The E-Commerce International Consumer Contract in the European Union, Masaryk U. J.L. & Tech. 2015, p. 05-20.

JUÁREZ, Isabel Antón. Los retos de la litigación transnacional en la Unión Europea: ¿se ha extendido demasiado la “noción de materia contractual” en el Reglamento Bruselas I?. Cuadernos de Derecho Transnacional (Marzo 2018), Vol. 10, Nº 1, pp. 525-533.

MANKOWSKI, Peter. Just how free is a free choice of law in contract in the EU?. Journal of Private International Law, 2017, 13:2, p. 231-258.

Aula 9. Direito das Obrigações extracontratuais (29/11)

Textos obrigatórios:

BERTOLI, Paolo. Party autonomy and choice-of-law: Methods in the «Rome II» Regulation on the law applicable to non-contractual obligations. Diritto dell'Unione Europa, fasc.2, 2009, p. 231.

CAAMIÑA DOMÍNGUEZ, C. M. (2021). La responsabilidad civil extracontractual derivada de accidentes de circulación. Sap Barcelona 19 junio 2020. Cuadernos de Derecho Transnacional, 13(1), 732-740.

MARINHO, Carlos Manuel Gonçalves de Melo. A Responsabilidade Civil nas Relações Transfronteiriças na União Europeia - o Regulamento «Roma II». Texto disponível em

http://www.trl.mj.pt/PDF/reg_roma_II_palestra_coimbra_carlos_mgm_marinho.pdf.

VÁZQUEZ, Ángeles Rodríguez. La ley aplicable a las obligaciones extracontractuales en el espacio europeo. Revista Aranzadi de derecho patrimonial, Nº 25, 2010, p. 167-179.

Textos complementares:

LÓPEZ, María Luisa Villamarín. Competencia judicial internacional en supuestos de responsabilidad extracontractual en internet: nuevos criterios interpretativos en la determinación del lugar de producción del daño. A propósito de la STJUE Concurrence vs. Samsung y Amazon, de 21 de diciembre de 2016. Cuadernos de Derecho Transnacional (Marzo 2018), Vol. 10, Nº 1, pp. 657-661.

MARTÍNEZ, Isabel Lorente. Lugar del hecho dañoso y obligaciones extracontractuales. La sentencia del TJUE de 25 octubre 2011 y el coste de la litigación internacional en Internet. Cuadernos de Derecho Transnacional

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO



	<p>(Marzo 2012), Vol. 4, Nº 1, pp. 277-301. RODRÍGUEZ, Javier Maseda. El juego de las normas imperativas en el Reglamento Roma II sobre ley aplicable a las obligaciones no contractuales: límites a la aplicación de la lex causae. Revista Electrónica de Estudios Internacionales. N. 25, 2013, p. 01-45.</p> <p>Aula 10 e 11: Orientação sobre elaboração dos papers</p>
Bibliografia Complementar	Todas a bibliografia obrigatória e complementar foi indicada no item acima